Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Documentação
Serviço de Jurisprudência e Divulgação
Setor de Divulgação

33/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

APOSENTADORIA

Efeitos

"Servidora pública celetista. Dispensa decorrente de aposentadoria espontânea. Nulidade. Reintegração. O Egrégio STF, com o julgamento da ADIn n. 1.721-3, declarou a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 453 da CLT, e não há mais que se falar em extinção do contrato de trabalho por força da aposentadoria. Desse modo, se a empregada continua trabalhando após o jubramento, há que se considerar que o contrato de trabalho continua sem qualquer modificação. A aposentadoria dá ensejo tão somente ao saque dos depósitos do FGTS. Não há que se confundir a relação jurídica havida entre a recorrente e a recorrida, o contrato de trabalho e os direitos e deveres daí decorrentes, com a relação entre a reclamante, segurada, e o Segurador Oficial, o INSS. Aplicação da OJ. N. 361 da SDI-1 do C. TST. Ainda que a obreira não tenha sido contratada por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, foi estabilizada conforme art. 19 do ADCT. Dou provimento, para declarar nula a dispensa e determinar a reintegração da recorrente. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO." (TRT/SP - 00761200905302002 - RO - Ac. 10ªT [20100425555](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 20/05/2010)

ASSÉDIO

Moral

Assédio moral. Caracterização. O assédio moral constitui comportamento contínuo e repetitivo de superior hierárquico ou mesmo de colega de trabalho que cause dano moral ao empregado vítima do ofensor, após caracterizado o comportamento danoso e a omissão do empregador. Cabe ao empregador zelar pela segurança e higiene física e moral no ambiente de trabalho, instituindo políticas de respeito e punição aos agentes ofensores, como ainda criar instrumentos de denúncia e ouvidorias para a fiscalização do ambiente de trabalho. Hipótese em que não há prova conclusiva de sua ocorrência, em razão do conflito existente na prova testemunhal. Recurso do autor a que se nega provimento nesse ponto (TRT/SP - 00149200702402002 - RO - Ac. 18ªT [20100430222](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 19/05/2010)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Indeferimento. Apelo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO. PESSOA JURÍDICA. DESERÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. ART. 790, parágrafo 3º, DA CLT. ART. 3º DA LEI 1.060/50. De análise sistemática entre os artigos 790, parágrafo 3º, da CLT e 3º, da Lei 1.060/50, não se podem conceder os benefícios da Justiça Gratuita a empresa que, por primeiro, não percebe salários, como faz referência o primeiro dos dispositivos legais acima mencionados, e que, ademais, deixa de recolher não apenas as custas de sentença como também o depósito recursal, tratando-se este último de garantia do Juízo que, ressalte-se, não está abrangido pelos institutos elencados pelo art. 3º da Lei 1.060/50. Agravo de Instrumento a que se nega

provimento. (TRT/SP - 02323200736102019 - AI - Ac. 5ªT [20100383780](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 14/05/2010)

CARTÃO PONTO OU LIVRO

Obrigatoriedade e efeitos

RECURSO ORDINÁRIO DA 2ª RECLAMADA. 1) DAS HORAS EXTRAS. PROVA. A responsabilidade da ré em relação às horas extras teve como motivação o conjunto probatório acostado aos autos, conforme entendimento pacificado na Súmula nº 338, I, do C. TST, segundo a qual é do empregador (que conta com mais de 10 empregados) o ônus do registro da jornada, na forma do art. 74, parágrafo 2º, da CLT. 2) DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. A alegação formulada na defesa da 2ª reclamada, no sentido de que o trabalhador não alcançou as metas previstas em Acordo Coletivo para receber o benefício da PLR, constitui típico fato impeditivo do direito, atraindo para si o ônus da prova, ao teor dos arts. 818 e 333 do CPC. Recurso ordinário ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00159200738402006 - RO - Ac. 4ªT [20100412186](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 21/05/2010)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

CONCILIAÇÃO FIRMADA PERANTE CÂMARA ARBITRAL. EFEITO DE COISA JULGADA. VIOLAÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL DE AÇÃO. As normas trabalhistas não conferem ao termo firmado perante a Câmara Arbitral o efeito de impedir o pleno exercício do direito constitucional de ação. A Câmara Arbitral não se presta à finalidade de homologar renúncia do trabalhador a direitos indisponíveis garantidos pela legislação obreira, tampouco sua decisão produz efeitos de coisa julgada. Aliás, pelo princípio da proteção ao hipossuficiente, a este é vedado renunciar aos direitos que lhe são garantidos pela Legislação do Trabalho, pois presume-se viciada tal manifestação de vontade. (TRT/SP - 00783200806802000 - RO - Ac. 4ªT [20100411155](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 21/05/2010)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

DANO MORAL. ABUSO DE DIREITO PATRONAL. PROVA. É cediço que o dano moral ocasiona lesão na esfera personalíssima do titular, violando sua intimidade, vida privada, honra e imagem, implicando numa indenização compensatória ao ofendido (art. 5º, incisos V e X, CF). Necessário se faz a presença do "abuso de direito" patronal e a ofensa à honra objetiva e ou subjetiva da trabalhadora, ou seja, a lesão à pessoa ou imagem, bem como, as respectivas repercussões na vida social e familiar da trabalhadora. Não comprovados tais aspectos, indevida a indenização por dano moral. (TRT/SP - 01606200703702002 - RO - Ac. 4ªT [20100417269](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 21/05/2010)

1. JUSTA CAUSA E DANO MORAL. SOLUÇÕES DISTINTAS. O reconhecimento (ou não) da justa causa e o dano moral não necessariamente andam juntos. Vale dizer que, mesmo revertida judicialmente a justa causa, tal não assegura automaticamente a indenização por dano moral. In casu, não há prova de que a falta grave foi imputada ao empregado com o escopo de constrangê-lo ou humilhá-lo. Ao reverso, a empresa apenas exerceu seu direito potestativo de promover a

dispensa desonerada do trabalhador, ao entender que este cometeu falta grave, ainda que agora esta seja julgada insubsistente. 2. DISPENSA. PUBLICIDADE. DANO MORAL. Quanto à publicidade dos fatos que envolveram a dispensa, tampouco assiste razão ao recorrente. Os escândalos do Banespa foram objeto de superlativa divulgação pela mídia, dada a gravidade e amplitude das manobras efetuadas tanto a nível estadual quanto federal, inclusive no contexto das inumeráveis críticas da sociedade ao processo de privatização do banco reclamado, sendo inclusive objeto de CPI, em 1999. A divulgação do nome do autor como integrante do rol de diretores demitidos por irregularidades, não se provou ser de iniciativa do reclamado, até porque tudo que se relacionava ao Banco, à época, se tornou público. E em vista do notório interesse da sociedade e do direito à informação, é bom que assim tenha sido. A liberdade de imprensa é intrínseca à democracia e o cerceamento à liberdade de informar é inversamente proporcional à vigência do Estado de Direito. Na ditadura Vargas eram tão freqüentes os empastelamentos de redações, que o jornalista Apparício Torelly, ("Barão de Itararé"), após sucessivas agressões por esbirros do Governo, afixou na porta de seu gabinete o sugestivo cartaz: "Entre, sem bater". Já na ditadura militar, enriqueceu-se sobremaneira a culinária nacional, com a adoção pelas redações, da substituição de informações cerceadas por receitas de bolos e salgados. Considerar como dano moral indenizável, a divulgação pela imprensa da suspeita de desvio de dinheiro público importaria cercear a imprensa livre negando à sociedade o acesso à própria história. Recurso improvido. (TRT/SP - 02079200204302000 - RO - Ac. 4ªT [20100403020](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 21/05/2010)

DEPÓSITO RECURSAL

Requisitos

"Conhecimento. Haja vista a condenação solidária das reclamadas, e que a primeira ré não pede a exclusão da lide, tem-se que o depósito e o pagamento das custas realizados por ela aproveita a segunda ré, nos termos do item III, da Súmula nº 128, do C. TST. RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA. Da prescrição bienal. Correto o entendimento do Juízo de origem que afastou o pedido de decretação da prescrição bienal, haja vista que consta da petição inicial o pedido de unicidade contratual, ou seja, a reclamante pleiteou o reconhecimento de um único contrato de trabalho havido com a primeira reclamada, durante o período de 05/01/2005 a 17/05/2006, sendo que a reclamação ajuizada em 11/01/2008 encontra-se dentro do prazo previsto no inciso XXIX, do art. 7.º, da CF. Rejeito. Da unicidade contratual - reconhecimento do vínculo empregatício com o Banco reclamado. Sem razão. De fato, correta a aplicação da pena de confissão à primeira reclamada, pois, em depoimento pessoal, seu preposto (fl. 188) afirmou que não sabia se a reclamante trabalhou ou não no interregno entre a extinção do contrato com a Double e a contratação pelo banco. O desconhecimento de fato essencial à solução da causa pelo preposto implica confissão e, por conseqüência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte contrária. Além disso, não há, nos autos, qualquer outro elemento de prova contrariando essa presunção. Mantenho. Do cargo de confiança. Exercício de funções eminentemente técnicas, que não enquadram a reclamante na exceção prevista no § 2º do art. 224 da CLT. Não possuía a empregada assinatura autorizada, subordinados, poder de mando ou autonomia. Reconhecido o direito à jornada do bancário comum, são devidas horas extras a partir da 6ª diária. Nego provimento. Das horas extras - cartões de ponto. Sem razão. Considerando a ausência dos cartões de ponto durante os dois

meses apontados pelo Juízo de origem, correto o arbitramento da jornada, considerando a prova testemunhal produzida nos autos. Nego provimento. Dos sábados como Dsr. As horas extras, habituais, deverão refletir no sábado, por força normativa, conforme cláusula 8ª, § 1º, da norma coletiva constante dos autos. Mantenho. RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA. Da responsabilidade solidária. Sem razão. Embora o vínculo empregatício tenha se estabelecido entre a primeira reclamada e a reclamante, a ora recorrente deve responder solidariamente pelas obrigações trabalhistas e sociais devidas durante o período em que atuou como empresa interposta, isto é, de 05/01/2005 a 10/04/2005, haja vista a fraude perpetrada (art. 9º, da CLT). Mantenho. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. Da dispensa discriminatória e indenização por danos morais. Para que se caracterize a reintegração ou indenização por danos morais por ato discriminatório, faz-se necessário a presença de no mínimo três elementos fundamentais: existência do dano, a conduta antijurídica do causador do dano e o nexo causal entre o resultado danoso e a conduta do agente, requisitos estes que não vislumbramos "in casu". Assim, nos termos do art. 818, da CLT, c/c art. 333, I, do CPC, cabia à autora a prova de suas alegações, e, deste encargo não se desincumbiu satisfatoriamente, o que impõe à manutenção da r. sentença. Das multas normativas. Sem razão. A autora não demonstrou violação às cláusulas normativas da categoria. Mantenho. Dos honorários advocatícios. No processo do trabalho somente é possível a aplicação subsidiária da lei em caso de omissão (art. 769, da CLT). Na Justiça do Trabalho, o laborista detém o "jus postulandi". Os honorários advocatícios somente são devidos quando o trabalhador auferir salário inferior a duas vezes o mínimo e está assistido pelo órgão sindical. Assim estabelece a Súmula n.º 219, do C. Tribunal Superior do Trabalho. Dos recolhimentos previdenciários e fiscais. As deduções a título de imposto de renda e previdenciárias devem ser efetuadas em conformidade com a lei e devem ser suportados tanto pelo empregador quanto pelo empregado, conforme inteligência da Súmula n. 368 do TST. Quanto à alegação de que cabe ao empregador a responsabilidade pelo pagamento total das contribuições e imposto de renda, a jurisprudência do TST pacificou-se recentemente em sentido contrário, consoante a OJ n. 363 da SDI-I. A responsabilidade pelo recolhimento das contribuições social e fiscal, resultante de condenação judicial referente a verbas remuneratórias, é do empregador e incide sobre o total da condenação. Contudo, a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte. Mantenho. Da correção monetária. Sem razão. Correta a aplicação da Súmula n.º 381, do C. TST. Mantenho. Nego-lhes provimento." (TRT/SP - 00052200803702007 - RO - Ac. 10ªT [20100425377](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 20/05/2010)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Efeitos

CPTM. SUCESSÃO DA FEPASA NA RELAÇÃO COM EMPREGADOS APOSENTADOS OU COM DIREITO A OBTER COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Legislação estadual transferiu a operação da FEPASA à CPTM na exploração dos transportes ferroviários metropolitanos em São Paulo e Santos. Ajuste entre FEPASA e CPTM, à revelia de disposição legal, tendente a excluir os ativos da primeira mediante respectiva transferência à RFFSA não produz o efeito de quebrar a equivalência para os aposentados, que percebem

complementação da FEPASA e são detentores de direito adquirido. (TRT/SP - 01452200908802003 - RO - Ac. 13ªT [20100400099](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 19/05/2010)

FINANCEIRAS

Financeiras. Equiparação a bancos

EMPREGADA DE FINANCEIRA. NORMAS COLETIVAS DOS BANCÁRIOS. INAPLICABILIDADE. Ao verificar que se trata de atividades similares às dos bancários, o C. TST estendeu aos "financiários" as normas legais atinentes à limitação de jornada bancária, editando a respeito a Súmula 55. O C. TST produziu, então, autêntica interpretação extensiva, que constitui legítimo método hermenêutico de integração do direito, em consonância com o art. 8º da CLT. Tal processo integrativo, todavia, não é aplicável a Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, vez que tais instrumentos constituem fontes autônomas de direitos trabalhistas, amparadas no princípio da autonomia privada coletiva, ou seja, decorrentes da vontade das partes, quer entre sindicatos contrapostos, de categoria econômica e de categoria profissional (Convenção Coletiva de Trabalho) ou entre empresa e respectivo sindicato profissional (Acordo Coletivo de Trabalho). Destarte, por sua especificidade, torna-se impossível estender norma prevista em pacto coletivo, a empregados que não participam das categorias econômicas e profissionais acordantes. Neste sentido, é o artigo 611, caput e 1º, da CLT. Em suma: Convenções Coletivas fazem lei somente entre os representados pelos respectivos sindicatos acordantes, e não alcançam terceiros, quer sob a forma de analogia ou interpretação extensiva. Ainda que sob outro enfoque, apropriada ao tema a Súmula 374 do C. TST, quando nega a integrante de categoria diferenciada, vantagem alcançada pela categoria preponderante, em negociação na qual não esteve representado. Assim, inaplicáveis à reclamante, financeira, as normas coletivas dos bancários juntadas à inicial, eis que ela não pertence a essa categoria profissional. Recurso da reclamante, improvido, no particular. (TRT/SP - 00678200904102003 - RO - Ac. 4ªT [20100403047](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 21/05/2010)

HORAS EXTRAS

Trabalho externo

RECURSO ORDINÁRIO. JORNADA LEGAL. TRABALHO EXTERNO. COMPATIBILIDADE: O trabalho externo, isoladamente, não afasta o cumprimento das normas relativas à jornada legal de trabalho. A exceção prevista no artigo 62, I, da CLT, exige trabalho externo incompatível com a fixação de horário de trabalho. Não é a hipótese dos autos. Recurso ordinário do reclamante ao qual se dá provimento parcial. (TRT/SP - 01970200706602008 - RO - Ac. 4ªT [20100412194](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 21/05/2010)

1) VENDEDOR EXTERNO - ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM FIXAÇÃO DE JORNADA - PRESUNÇÃO FAVORÁVEL AO EMPREGADOR. O artigo 62, I, da CLT configura presunção favorável ao empregador, de que a jornada de trabalho do vendedor externo não sofre fiscalização. Incontroversa a prestação de serviços externos, com ressalva inclusive na CTPS, compete à reclamante provar que seu horário de labor sofria fiscalização. 2) LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NEGATIVA DE FATO COMPROVADO EM RELAÇÃO À PRÓPRIA PREPOSTA - CONFIGURAÇÃO - A negativa veemente pela reclamada, de fato provado através

de diversas testemunhas, relativo à própria preposta que compareceu em audiência, enquadra-se no art. 17, II, do CPC e constitui litigância de má-fé. (TRT/SP - 02245200803702002 - RO - Ac. 8ªT [20100443111](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 21/05/2010)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. Súmula Vinculante n. 4 do STF. Vedação de fixação da base de cálculo do adicional de insalubridade vinculado ao salário mínimo. Aplicação, por analogia, do percentual previsto no art. 193, da CLT, que trata da periculosidade, por força do art. 8º, da CLT. Julgamento conforme. A edição da Súmula Vinculante n. 4, do TST, tornou, insubsistente, parcialmente, o disposto no art. 192, da CLT, que prevê a base de cálculo do adicional de insalubridade. Subsiste o direito ao adicional, em si considerado, mas a sua base de cálculo não encontra sustento. Ante a ausência de norma reguladora, o art. 8º, da CLT autoriza o Juiz julgar por analogia a base de cálculo prevista no art. 193 da CLT, que trata do adicional de periculosidade. Até porque onde há a mesma razão (trabalho em condições adversas) igual deve ser a solução. (TRT/SP - 00667200604302003 - RO - Ac. 4ªT [20100417226](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 21/05/2010)

JUROS

Cálculo e incidência

Juros de mora. Natureza jurídica indenizatória. Não incidência de imposto de renda. O art. 404, "caput" e parágrafo único do Código Civil de 2002, ao classificar os juros de mora como perdas e danos, atribuiu-lhes natureza eminentemente indenizatória. Nesses termos, não há se falar em incidência de imposto de renda sobre eles, porquanto não se constituem em acréscimo patrimonial (art. 43, I e II do CTN), mas em indenização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da obrigação principal. (TRT/SP - 00567200846602005 - RO - Ac. 1ªT [20100400790](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 19/05/2010)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempregada

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. É responsável subsidiária a tomadora de serviços, pelos encargos trabalhistas do empregado prestador de serviços, eis que se beneficiou de sua força laboral e deve protegê-lo do risco empresarial quando do descumprimento do contratado pela empresa fornecedora de mão de obra. A responsabilidade subsidiária da tomadora decorre da responsabilidade da eleição da prestadora. Aplicabilidade da Súmula 331, IV do C. TST amparada pelos art. 186, 927 e 942 do Código Civil e art. 8º parágrafo único da CLT. Recurso Ordinário da segunda reclamada a que se nega provimento. (TRT/SP - 02656200802902003 - RO - Ac. 8ªT [20100442026](#) - Rel. LILIAN LYGIA ORTEGA MAZZEU - DOE 21/05/2010)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Negociação coletiva. Possibilidade. A Constituição Federal em seu art. 7º adotou a autonomia coletiva privada como

forma de adequação das normas trabalhistas às condições da época, lugar e empresa, desde que sob a tutela do sindicato da categoria. Nesse contexto houve o primeiro passo para a alteração do sistema de tutela estatal para a tutela sindical ou coletiva de modo que tanto a jornada de trabalho como o salário podem ser objeto de negociação pelo sindicato ainda que em desfavor ao empregado individualmente considerado, pois o que se busca definir é justamente a norma mais favorável aos trabalhadores coletivamente considerados, de tal forma que a negociação por vezes significa ganho de um lado e perda de outro, perda de alguns para manter o emprego de outros. Recurso da ré a que se nega provimento nesse ponto em razão da inexistência de norma coletiva válida (TRT/SP - 01067200504602000 - RO - Ac. 18ªT [20100430281](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 19/05/2010)

PORTUÁRIO

Avulso

Trabalhador avulso. Plano de Desligamento voluntário. Indenização. O mero deferimento da inscrição em plano de incentivo ao cancelamento de inscrição no cadastro e registro no OGMO/Santos não gera direito adquirido ao trabalhador avulso aposentado em receber o incentivo financeiro quando se verifica, na verdade, que o plano não foi implementado pelo Grupo executivo para a modernização dos portos. Manifestação de vontade sujeita ao implemento de condição. Recurso do autor a que se nega provimento (TRT/SP - 00517200725402000 - RO - Ac. 18ªT [20100430311](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 19/05/2010)

Normas de trabalho

PORTUÁRIO - INTERVALO - O trabalho portuário avulso realiza-se por escolha do TPA, que pode ou não concorrer à escalação, respeitado o sistema de rodízio numérico, em turnos de seis horas. Não está, pois, o TPA subordinado ao cumprimento de horário/turno pré-determinado. Assim, a natureza do trabalho avulso portuário é de trabalho por tarefa, pois, para cada engajamento em determinado turno, recebe determinada paga, preço, que pode ser diferente. A toda evidência, não há, pois, como se falar em horas extras e pagamento de intervalo intrajornada (TRT/SP - 00986200944702000 - RO - Ac. 3ªT [20100433809](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 21/05/2010)

PRESCRIÇÃO

Acidente do trabalho

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. 1) DA RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. Considerando que os danos ora noticiados pelo autor são pessoais, com evidentes prejuízos à sua integridade física e/ou psíquica, versando sobre um direito de personalidade constitucionalmente protegido, o prazo prescricional a ser considerado é o de 10 anos, nos moldes do art. 205 do Código Civil atual, e não o de 3 anos, como defende a recorrente. 2) DA RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA POR ACIDENTE DE TRABALHO. Nos casos em que a atividade regular da empresa implica em riscos à integridade física do trabalhador, a jurisprudência tem evoluído no sentido de acolher a teoria do risco, segundo a qual a responsabilidade do empregador pelo acidente de trabalho é objetiva, na conformidade do que prevê a regra positivada no art. 927, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro. Recurso

ordinário ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00021200725102008 - RO - Ac. 4ªT [20100412330](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 21/05/2010)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - CÁLCULO - FATO GERADOR - O fato gerador da cobrança de contribuições devidas ao INSS surge, apenas, com a liquidação da sentença ou quando se torne exigível, no presente caso, com a homologação do acordo. Nessa senda, o valor apurado pela reclamada à fl. 51, deverá ser mantido, já que quitado antes da data limite (2º dia útil do mês subsequente), consoante determinação do art. 276 do Decreto 3.048/99 e, somente a partir daí - fato gerador - é que deveria sofrer atualização nos moldes da legislação previdenciária, consoante determinação do art. 879, parágrafo 4º da CLT, observado o art. 276 do Dec. 3.048/899 até o seu efetivo pagamento. Não há como se acolher a modificação perpetrada pela Lei 11.941 de 27.05.2009, vez que somente se dará a alteração de fato gerador de tributo através de Lei Complementar, nos termos do art. 146 da CF/88. (TRT/SP - 00540200808802007 - RO - Ac. 4ªT [20100416696](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 21/05/2010)

ACORDO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PROPORCIONAL À DECISÃO - VALIDADE. O acordo após o trânsito em julgado da sentença não prejudica os créditos da União. No entanto, é válida a discriminação das verbas que respeitou os parâmetros definidos pela decisão judicial, pois os valores nominais inicialmente definidos pela sentença de liquidação não vinculam as partes com relação aos recolhimentos previdenciários, de modo que as contribuições sociais devem ter como referência o valor efetivamente recebido. Agravo de petição não provido. (TRT/SP - 00754200206602000 - AP - Ac. 8ªT [20100443197](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 21/05/2010)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

VÍNCULO DE EMPREGO. EMPREGADO TRAVESTIDO DE PESSOA JURÍDICA. CONTINUIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGO POR MAIS DE 15 ANOS. Não é autônomo - que é quem trabalha como e quando quer -- trabalhador que foi empregado por quase 15 anos, depois foi travestido de pessoa jurídica e continuou trabalhando em condições semelhantes às anteriores, inclusive com parte fixa da remuneração, automóvel concedido pela empresa e metas a serem cumpridas. (TRT/SP - 02609200700402002 - RO - Ac. 4ªT [20100419059](#) - Rel. PAULO SÉRGIO JAKUTIS - DOE 21/05/2010)

Estagiário

CONTRATO DE ESTÁGIO. VÍNCULO DE EMPREGO. Para que o contrato de estágio possa ser considerado válido, as atividades realizadas pelo suposto estagiário devem atender as determinações da Lei n.º 6.494/77, em vigência à época dos fatos. Não o sendo e constatando-se os requisitos tipificadores do contrato de trabalho, nos termos do artigo 3º da CLT, impõe-se a declaração de nulidade do termo de estágio e, conseqüentemente, o reconhecimento do vínculo de emprego. (TRT/SP - 01960200808302009 - RO - Ac. 3ªT [20100432250](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 21/05/2010)

Pessoalidade

RELAÇÃO DE EMPREGO - PESSOALIDADE - SUBSTITUIÇÕES EVENTUAIS. As substituições eventuais do trabalhador não desnaturam a personalidade necessária à caracterização da relação de emprego. É preciso ter presente que para certas categorias, como os músicos, médicos e vigilantes/seguranças, a possibilidade de substituição, eventual, é verdadeiro costume, consagrado pela prática de anos de relação entre empregados e empregadores. Destaque-se que a necessidade de concordância, ainda que tácita, do empregador com essa prática, recrudescer a idéia da personalidade, posto que dificilmente o empregador permitirá a permanência de um desconhecido dentro do estabelecimento da empresa. (TRT/SP - 01978200503702007 - RO - Ac. 4ªT [20100419075](#) - Rel. PAULO SÉRGIO JAKUTIS - DOE 21/05/2010)

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Parcelas que o integram

PAGAMENTO POR TAREFA - DSR'S - Como o obreiro recebia somente pelos carregamentos efetuados, cabível o pagamento dos DSR's, inclusive feriados, nos termos da Lei nº 605/49, ressaltando-se que a condenação independe do efetivo labor em tais ocasiões. MULTA DO ART. 22 DA LEI Nº 8.036/90 - A multa inserta no artigo 23 e parágrafos da Lei 8.036/90 é a que pune a infração administrativa. A multa prevista no artigo 22 volta-se em favor do empregado, posto que visa reparar-lhe o prejuízo/dano causado, em face da mora no pagamento. Admitir-se que os dispositivos em foco tivessem por objeto a punição pela inadimplência da obrigação, em face do Estado, estar-se-ia impondo dupla penalidade para uma mesma infração. (TRT/SP - 01863200808902004 - RO - Ac. 2ªT [20100396954](#) - Rel. ODETE SILVEIRA MORAES - DOE 14/05/2010)

REVELIA

Advogado presente

REVELIA E CONFISSÃO FICTA. JUNTADA DE DEFESA. POSSIBILIDADE. Revelia e confissão quanto à matéria de fato não são a mesma coisa. A primeira é a falta de defesa e a segunda é a falta de depoimento. O momento da revelia é o da contestação, ao passo que o momento da confissão ficta é o do depoimento. Se o advogado regularmente constituído comparece à audiência, portanto a contestação, por certo que houve intenção da reclamada de defender-se dos fatos alegados pelo reclamante. Apesar de remanescerem os efeitos da confissão ficta, pela ausência de depoimento pessoal, a peça de defesa deve ser juntada aos autos, sob pena de ofensa ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa. Preliminar de nulidade por cerceamento ao direito de defesa que resta acolhida. (TRT/SP - 00114200807702000 - RO - Ac. 3ªT [20100432276](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 21/05/2010)

SALÁRIO (EM GERAL)

Pagamento

1. PAGAMENTO POR FORA. ÔNUS DA PROVA. A dificuldade maior em provar pagamentos por fora reside exatamente no fato de que é rara a produção de elementos documentais diretos dessa prática. Daí porque se exige maior acuidade do Juiz na valoração dos elementos de convicção obtidos. A princípio, alegado o recebimento por fora, a prova compete ao reclamante por se tratar de fato

constitutivo da pretensão (art. 333, I, CPC). Todavia, admitida em defesa a existência da verba extra-folha, sob o argumento de que se destinava a quitar prêmios e ajuda de custo, por se tratar de fato desconstitutivo/modificativo do direito vindicado, endereça-se à reclamada o ônus de prova (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC). Como desse encargo, in casu, a reclamada não se desincumbiu satisfatoriamente, resta mantida a sentença de origem. 2 - SERVIÇOS EXTERNOS E INTERVALO INTRAJORNADA. A noção do leigo quanto à atividade externa não se confunde com o conceito técnico-jurídico que o julgador deve extrair do art. 62, I, da CLT, que há de ser faceado com os fatos e a prova dos autos. Serviço externo capaz de produzir a exclusão à limitação de jornada não é apenas aquele em que a ativação ocorre fora da empresa, mas sim, aquele que além de ser prestado extra-muros, é insuscetível de controle pelo empregador. In casu, a prova patenteia que o intervalo intrajornada do autor era passível de controle, tendo suas testemunhas confirmado que os instaladores comunicavam o horário de início e do término do intervalo à empresa. Nesse contexto, não obstante o tipo de atividade desenvolvida, existia controle efetivo da pausa intervalar a que alude o art. 71 da CLT, sendo inaplicável ao caso o art. 62, I, da CLT. Direito à percepção do intervalo não integralmente concedido como extra, com os respectivos reflexos. Incidência das OJs 307 e 354, da SDI-1, TST. 3 - FGTS. COMPROVAÇÃO DOS DEPÓSITOS. ÔNUS DA PROVA DO EMPREGADOR. O empregador está sujeito à comprovação da regularidade e correção dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador, já que apenas ele tem em seu poder, por obrigação legal, as Guias de Recolhimento do FGTS (GRs) e as Relações de Empregados (REs), com os salários e respectivos valores recolhidos à conta de cada empregado. Inteligência do art. 17 da Lei do FGTS (8.036/90) que dispõe que tal obrigação é exclusivamente do empregador. (TRT/SP - 00757200606502001 - RO - Ac. 4ªT [20100403039](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 21/05/2010)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Salário

SEXTA PARTE. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. O artigo 129 da Constituição Estadual previu o direito ao adicional denominado sexta-parte e assim o fez exclusivamente para os servidores da administração direta, autárquica e das fundações estaduais, nos moldes do que está previsto no artigo 124 da Carta Estadual, não incluindo os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta. (TRT/SP - 01548200707902009 - RO - Ac. 3ªT [20100432381](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 21/05/2010)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Enquadramento. Em geral

"Enquadramento sindical. Nos termos do artigo 581, § 1º, da CLT, o enquadramento sindical patronal se define através da atividade preponderante do estabelecimento e, em decorrência dessa categoria econômica é que se distingue a profissional. Nesse diapasão, os empregados se inserem naquela onde se situam os respectivos empregadores, admitindo exceção apenas na hipótese de existência de categorias diferenciadas, conforme artigo 511, § 3º, da CLT. É o chamado paralelismo entre as categorias profissional e econômica. O contrato

social de fls. 111/114 aponta que a reclamada tem por objetivo o serviço de locação de autos e mão de obra de porteiro, zelador, faxineiro, motorista, jardineiro, copeiro, recepcionista, ascensorista, pintor, pedreiro, eletricista e azulejista. Restando evidenciado que a empregadora tem como "atividade de peso" a área de seleção e agenciamento de mão de obra, e não havendo prova de que outra tenha sido a atividade preponderante, descaracterizado está o enquadramento sindical invocado na inicial, com aplicação da convenção do SINDEPRES, que representa o segmento econômico de prestação de serviços a terceiros, colocação e administração de mão-de-obra. Destarte, mantenho a r. sentença de origem. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (TRT/SP - 01707200831502001 - RO - Ac. 10ªT [20100425571](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 20/05/2010)

TRABALHO NOTURNO

Adicional. Cálculo

ADICIONAL NOTURNO E REDUÇÃO FICTA- HORAS POSTERIORES AO HORÁRIO DAS 22H ÀS 5H DO DIA SEGUINTE - INCIDÊNCIA - Sendo incontroverso, no caso, que a jornada do reclamante abrangia integralmente o período noturno das 22h às 5h, se estendendo pelas horas seguintes, torna-se devido o adicional noturno sobre as horas trabalhadas após as 5h, computando-se nelas a redução ficta. Aplicação do artigo 73 da CLT, com inteligência da Súmula 60, item II, do Colendo TST. Recurso ordinário a que se dá provimento, no aspecto. (TRT/SP - 00359200505302004 - RO - Ac. 5ªT [20100383089](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 14/05/2010)